

REDUÇÃO DE DANOS E POPULAÇÃO DE RUA EM FRANCA: cachimbos e latas¹

HARM REDUCTION AND STREET POPULATION IN FRANCA: pipes and cans

REDUCCIÓN DE DAÑOS Y POBLACIÓN CALLEJERA EN Franca: tuberías e latas

DOSSIÉ

Túlio Boso Fernandes dos Santos

Graduando em Direito
Universidade Estadual Paulista
tuliobosofs@gmail.com
Brasil
ORCID 0000-0003-0451-4351

Larissa Soares de Melo

Mestranda em Psicologia
Universidade de São Paulo
e-mail larissamelo@usp.br
Brasil
ORCID 0000-0002-1594-3293

Murilo Gasparido

Doutor em Direito
Universidade Estadual Paulista
e-mail murilo.gasparido@unesp.br
Brasil
ORCID 0000-0001-6998-0092

Texto recebido aos 03/11/2020 e aprovado aos 04/11/2020

Resumo

O artigo tem como objetivo compreender possibilidades de práticas de Redução de Danos a partir do questionamento de como o cachimbo/lata constitui a relação da pessoa em situação de rua com o crack. A experiência aqui relatada advém da realização, através da extensão “Núcleo de Cidadania Ativa”, de oficinas de cachimbo com os usuários do “Centro Pop”, de Franca, em parceria com o “Consultório na Rua”. Tais oficinas partem do pressuposto de que o consumo de crack é ritualizado em uma sequência estereotipada de gestos, dotada de um significado subjetivo, ao qual propostas de autorregulação na relação entre o indivíduo e substância podem ser construídas. Para tanto, fez-se uso da Pesquisa-Ação Existencial, de René Barbier. Como resultados, observamos manifestação de seis diferenciações entre a utilização do cachimbo ou da lata para o consumo de crack: efeitos, noções de saúde, disponibilidade de ferramentas, relação entre indivíduo-crack, espaço de consumo e produção

¹ Paper originalmente apresentado no Grupo de Trabalho 7, intitulado «Diálogos e experiências entre antropologia e direito nas formações jurídicas: clínicas, extensões, pesquisas coletivas e novas tecnologias de ensino e difusão de direitos», do VI ENADIR (Encontro Nacional de Antropologia do Direito), ocorrido entre 26 e 29 de agosto de 2019 na FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).



da “resina”. Por fim, constatamos que trazer os cachimbos e latas para primeiro plano é uma estratégia para a constituição de vínculos entre profissionais e usuários. Permitiu a aproximação entre a equipe do “Consultório na Rua”, com as práticas que permeiam o consumo de crack e, também, possibilidades de construção de noções de saúde nesse ritual. A elaboração de cachimbos possui uma qualidade criativa e em diálogo com o reaproveitamento de materiais descartados.

Palavras-chave: População de Rua; Redução de Danos; Cachimbos; Pesquisa-Ação.

Abstract

The article aims to understand the possibilities of Harm Reduction practices based on the question of how the pipe / can constitutes the relationship of the homeless person with crack. The experience reported here comes from holding, through the Núcleo de Cidadania Ativa extension, pipe workshops with users of Centro Pop de Franca, in partnership with Consultório na Rua. Such workshops start from the assumption that what crack consumption is ritualized in a stereotyped sequence of gestures, endowed with a subjective meaning, to which proposals for self-regulation in the relationship between the individual and the substance can be constructed. For that, René Barbier's Existential Action Research was used. As a result, we observed the manifestation of six differentiations between the use of a pipe or a can for crack consumption: effects, notions of health, availability of tools, relationship between individual-crack, consumption space and production of "resin". Finally, we found that bringing pipes and cans to the foreground is a strategy for building bonds between professionals and users; it allowed the team of the Consultório na Rua to get closer to the practices that permeate the consumption of crack and possibilities to build notions of health in this ritual; that the production of pipes has a creative quality, and in dialogue with the reuse of discarded materials.

Keywords: Street Population; Harm Reduction; Pipes; Action-Research.

Resumen

El artículo tiene como objetivo comprender las posibilidades de las prácticas de Reducción de Daños a partir de la pregunta de cómo la tubería / lata constituye la relación de la persona sin hogar con el crack. La experiencia aquí reportada proviene de la realización, a través de la extensión Núcleo de Cidadania Ativa, talleres de tubería con usuarios del Centro Pop de Franca, en alianza con Consultório na Rua. Tales talleres parten del supuesto de que el consumo de crack se ritualiza en una secuencia estereotipada de gestos, dotados de un significado subjetivo, a los que se pueden construir propuestas de autorregulación en la relación entre el individuo y la sustancia. Para eso se utilizó la Investigación-Acción Existencial de René Barbier. Como resultado, observamos la manifestación de seis diferenciaciones entre el uso de una tubería o una lata para el consumo de crack: efectos, nociones de salud, disponibilidad de herramientas, relación entre crack individual, espacio de consumo y producción de "resina". Finalmente, descubrimos que poner en primer plano las tuberías y latas es una estrategia para construir vínculos entre profesionales y usuarios; permitió al equipo del Consultório na Rua acercarse a las prácticas que permean el consumo de crack y las posibilidades de construir nociones de salud en este ritual; que la producción de pipas tenga una cualidad creativa, y en diálogo con la reutilización de materiales desechados.

Palabras clave: Población Callejera; Reducción de daños; Tubería; Investigación-Acción.

O Núcleo de Cidadania Ativa: população de rua e redução de danos

O grupo de extensão Núcleo de Cidadania Ativa (NCA) foi fundado em 2014 e é orientado pelo professor doutor Murilo Gasparido, do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Universidade Estadual Paulista (Unesp), na cidade de Franca. O NCA apareceu como uma experiência em práticas de democracia participativa a partir do trabalho com os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) e de Ação Social (CMAS). Tal trabalho desenvolvia-se a partir da formação dos/as conselheiro/as em controle social, assim como na visita e constituição de parcerias com os serviços de Saúde e Ação Social disponibilizados no Município de Franca. Foi a partir dessas visitas que conhecemos o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e fomos apresentados a um vasto campo de atuação junto a essa população. Assim sendo, na segunda metade de 2016, O NCA modificou seu objeto de atuação, ampliando-o para as perspectivas de cidadania junto à

população de rua e o desenvolvimento de políticas públicas para e com essa comunidade. Vale aqui ressaltar que o NCA foi o único grupo de extensão da FCHS – Unesp Franca a ter seus projetos aprovados reiteradamente pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEX) nos últimos cinco anos. Além disso, em 2019, diante dos constantes cortes orçamentários para com as Universidades Estaduais em São Paulo, foi, infelizmente, a única extensão da FCHS beneficiada com duas bolsas de atuação.

Sendo, pois, um campo novo de atuação – junto à população em situação de rua – para o NCA, iniciamos nossos trabalhos com tal comunidade a partir das idas constantes ao Centro Pop. Esse serviço foi implementado pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.² Em Franca, o serviço foi fundado em 2013, a partir de pressões da Defensoria e do Ministério Público para com a gestão municipal. Antes da implementação de tal serviço, eram comuns, por exemplo, as práticas de detenção da população de rua por “vadiagem.” Apesar da atipicidade dessa prática³, as detenções eram “maquiadas” por

² As disposições referentes ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de tal Política (Art. 9º ao Art. 14) foram revogadas pelo Decreto nº 9.984 de 27 de junho de 2019. Este institui a nova organização e funcionamento do Comitê Intersetorial retirando a participação da sociedade civil organizada, movimento este que vem se consolidando no governo Bolsonaro como, por

exemplo, nas disposições sobre os Conselhos Nacionais gestores de Políticas Públicas – recentemente, a composição do Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD) foi modificada pelo Decreto nº 9.926 de 15 de julho de 2019, garantindo apenas participação do Governo neste.

³ A contravenção penal tipificada como “Vadiagem” foi revogada pelo Decreto nº 11.983 de 2009.

justificativas de atos ainda tipificados como contravenções penais tais quais: a perturbação do sossego ou o consumo de substâncias psicoativas ilícitas.

Uma vez implantando, o Centro Pop passou a ser alvo comum de críticas, movidas principalmente pelo preconceito, por parte da mídia, da Câmara Municipal e da sociedade em geral que encaravam – e ainda encaram - a existência do serviço como propiciador de uma realidade de acomodação para a população de rua, a incentivando, por tanto, a ser “vagabunda.” Assim, sendo, não só a população de rua é atacada, mas também os serviços e programas destinados a ela.

Para tanto, fomos para a capital São Paulo, aprender estratégias de atuação com a população de rua e as formas de superação desses preconceitos que correlacionam pessimamente as causas e consequências do fenômeno. É nesse movimento que conhecemos o Coletivo “A Craco Resiste” e a Organização Não Governamental (ONG) “É de Lei.” Esta é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua, desde 1998, na promoção da redução de riscos e danos, sociais e à saúde, associados ao uso de drogas

junto à população de rua da região da Luz.⁴ Já aquele, foi fundado no final de 2016 diante da possibilidade iminente de repressão do Governo Municipal de Dória contra a população da região da “Crackolândia” e pauta suas ações a partir da proliferação de arte e cultura junto à população de rua assim como na garantia de seus Direitos.⁵

Transplantando esse aprendizado para a realidade de Franca, passamos a desenvolver, a partir do Centro Pop, o teatro: *Á Caminho de Palmares*⁶, assim como concentrar nossas atuações na garantia dos Direitos Individuais da população de rua, tais quais: a vida, a liberdade, a propriedade privada e a integridade física. Estes eram constantemente violados, tanto pela Polícia Militar, a partir de violência física e psicológica, assim como pela Guarda Municipal, junto à gestão municipal, roubando os pertences pessoais, documentos, cobertas e colchões da população de rua. Passamos a registrar tais denúncias e encaminhá-las à Defensoria e ao Ministério Público. Policiais militares foram afastados para investigações, o que contribui para a redução das práticas de violência na região central da cidade, assim como a Prefeitura

a sua luta na resistência da comunidade quilombola de Palmares. A proposta foi criada e apresentada pelos usuários que desenvolveram pesquisa referente ao tema e criaram a proposta de dramaturgia. A peça foi apresentada em diversos espaços pela cidade, sendo sempre recepcionada como muita emoção e aplausos, colocando no palco as pessoas que são marginalizadas na paisagem urbana.

⁴ Informações disponibilizadas no site da ONG <<http://edelei.org/home/sobre-nos/>> Acesso em: 29/07/19.

⁵ Informações disponibilizadas na Página do Facebook do Coletivo <https://www.facebook.com/pg/ACracoResiste/about/?ref=page_internal> Acesso em: 29/07/19.

⁶ Teatro construído junto aos usuários do Centro Pop em 2017. Estes apresentaram o interesse de constituir arte a partir do teatro, escolhendo como tema a figura de Zumbi e

assinou um Termo de Ajustamento de Condutas (TAC), se obrigando a retirar os pertences pessoais dessa população apenas em casos muito específicos e, quando ocorressem, o dever de encaminhar os bens para o Centro Pop ou o Abrigo Provisório, para que a pessoa possa reavê-los.

Após as relativas conquistas na garantia dos Direitos Individuais da população de rua, passamos a atuar com os Direitos Sociais: primeiramente saúde, e recentemente também o trabalho e a educação. É com relação às práticas do NCA para com o direito à saúde que trataremos nesse artigo, a partir da perspectiva da redução dos riscos e danos (RD) decorrentes da interação⁷ com substâncias psicoativas (SPA)⁸ pela população em situação de rua.

A RD está positivada em nossa Constituição Federal em seu art. 196, que estabeleceu: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à **redução do risco de doença e de outros agravos** e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” Assim como em seu art. 198, inciso II, que garante o “atendimento integral, com **prioridade para**

as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.”

Além da sua autorização na Constituição Federal, o Ministério da Saúde publicou, em 2005, duas Portarias referentes à RD, quais sejam: nº 1.028 e a nº 1.059. Enquanto esta destinou incentivo financeiro para o fomento de ações de RD em Centros de Atenção Psicossocial para o Álcool e outras Drogas (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS ad), aquela regulou as ações referentes à RD. Já na Lei nº 11.343 de 2006 (Lei das Drogas), o art. 18 estabeleceu que “constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a **redução dos fatores de vulnerabilidade e risco** e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção” e o art. 19 discriminou as diretrizes e princípios dessas atividades.

A estratégia de RD pode ser definida

[...] como mais uma maneira de se abordar o usuário de drogas, descentrando o foco do problema da erradicação e da abstinência e privilegiando o direito à saúde de todos e o respeito à liberdade individual daquele que não deseja ou não consegue interromper o uso da droga. Como a história indica, essa estratégia surgiu como uma

⁷ Conjunto de relações estabelecidas entre pessoas e SPA que perpassam o comércio, lícito e ilícito destas, seu consumo e demais interações resultantes dessas relações. Com relação ao consumo, este é classificado em: experimental, recreativo/social, controlado, nocivo/abuso e farmacodependência.

⁸ Substâncias naturais, sintéticas ou semissintéticas que agem diretamente no Sistema Nervoso Central – SNC,

produzindo efeitos temporários nas atividades mentais como, alterações na percepção, sensação, comportamento, humor entre outros. Seus efeitos dependem basicamente de três fatores: a SPA, o sujeito e o contexto. Levando em consideração os principais efeitos, essas substâncias são farmacologicamente agrupadas em três grandes classes: depressoras, estimulantes, perturbadoras e alucinógenas. E são legalmente classificadas entre lícitas ou ilícitas.

medida de prevenção em resposta à epidemia do contágio por HIV, às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e a hepatites. (MACHADO, 2013, p. 585).

Além de práticas e estratégias a RD constitui uma Política Pública de Saúde para com pessoas que consomem SPA, todavia, apesar de largamente disciplinada e autorizada normativamente, tal política é, não raras vezes não efetivada, ficando ao cargo de organizações não governamentais, das universidades e da sociedade civil organizada desenvolvê-la. Tal inefetividade é desencadeada por inúmeros fatores, entre eles: falta de financiamento adequado, ausência de proposta de capacitação de profissionais, preconceitos – inclusive, elucidando que a RD incentiva o consumo de SPA – e opções políticas proibicionistas e higienistas.

Foi com o intuito de construir e efetivar uma Política de RD em Franca para a população de rua, principalmente, que o NCA passou a atuar, em conjunto ao Consultório na Rua⁹, à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)¹⁰ e o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (COMAD)¹¹,

conseguindo significativas conquistas ao realizar ao final de junho o IV Seminário de Redução de Danos: Reconstruindo Conceitos e a Formação Permanente em RD. Esta apareceu como uma possibilidade de estudos para os diversos serviços que compõe a RAPS, no município, com o intuito de refinar suas práticas em RD e será expandida no ano de 2020.

Sobre o método: pesquisa-ação existencial

Para o desenvolvimento da presente pesquisa¹² é utilizado o método de Pesquisa-Ação Existencial (P-AE), desenvolvido por René Barbier. Esta consiste em uma “arte de rigor clínico, desenvolvida coletivamente, com o objetivo da adaptação relativa de si ao mundo” (BARBIER, 2007, p. 67). Não se apoiando em uma perspectiva cartesiana de pesquisa, tal método, pretende romper com barreiras antes intransponíveis, propondo o diálogo, e não a confusão, entre prática e teoria, arte e ciência, realidade objetiva e subjetiva. Longe de ser esquematizada de

⁹ Unidade Básica de Saúde itinerante que realiza atendimento exclusivo para a população de rua. O serviço foi criado a partir da Portaria do Ministério da Saúde nº 122/11 e atua em Franca desde 2014. Recentemente sofre perseguições políticas por questionar o escasso financiamento que lhe é remetido pelo Município.

¹⁰ A RAPS é instituída pela Portaria do Ministério da Saúde nº 3.088/11 e tem por finalidade, de acordo com o seu art. 1º, a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental

e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

¹¹ Conselho gestor de políticas públicas referente à questão das interações de pessoas com SPA ao qual estou como presidente (2019-2020), assim como o extensionistas Lucas, do NCA, está como suplemente. Nossa representação refere-se à sociedade civil organizada.

¹² A pesquisa desenvolvida refere-se ao meu Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse artigo, trataremos de um recorte deste, referente ao cachimbo para o consumo de crack pelas pessoas em situação de rua e os desdobramentos para a RD.

forma intrincada, a P-AE se dá em uma abordagem em espiral, às quais noções-entrecruzadas são suscetíveis de serem utilizadas. Entre estas, denunciamos a complexidade, escuta sensível, pesquisador coletivo, avaliação, negociação, mudança, estando em conjunta comunicação, unidas pela abordagem em espiral, pelo processo de construção das ações e teorias, assim como pela autorização.

Destacamos, por ora, para melhor compreensão de tal método, algumas noções-entrecruzadas necessitadas de um melhor esclarecimento, afinal tais noções não são encerradas de modo taxativo por Barbier, mas apresentadas como direções possíveis a serem seguidas, estando, a estas, atrelados inúmeros conceitos subsequentes.

A **complexidade** aborda certas características, entre elas:

I. Auto-eco-organização permanente, ao qual estabelece um sujeito que é ao mesmo tempo autônomo e dependente;

II. Aceite da incerteza, imprevisibilidade, não-saber e a contradição. Esta prioriza a vida em ato frente à reconciliação de tentativa de tornar todo o real coerente.

III. Apesar de inserir-se na ordem da racionalidade, recusa os excessos advindos da racionalização.

Edgar Morin apresenta-nos três princípios que dominam a complexidade:

I. Dialógico: inconciliáveis dialoguem numa lógica da complementariedade antagônica, tal qual a vida (BARBIER, 2007, p. 90);

II. Recurso Organizacional: fenômeno complexo é, simultaneamente, produto e produtor de sua existência, tal qual um turbilhão (ordem organizacional) pode aparecer de uma turbulência (processo que produz desordem) (BARBIER, 2007, p. 91);

III. Hologramático: a parte está no todo, e o todo na parte, tal qual cada célula de nosso corpo contendo a totalidade do código genético presente em osso organismo (BARBIER, 2007, p. 91).

Por fim, devemos conceber a complexidade a partir de uma visão sistêmica aberta, devendo “combinar a organização, a informação, a energia, a retroação, as fontes, os produtos e os fluxos, input e output, do sistema, sem fechar-se numa – clausura – para onde o leva geralmente seu espírito teórico” (BARBIER, 2007, p. 91).

A **escuta-sensível**, termo comum tanto à metodologia presente quanto à RD, apoia-se em um “escutar/ver” de bases

rogerianas, e pende para o lado meditativo¹³. Carl Rogers sustenta sua psicoterapia na ideia de uma Abordagem Centrada na Pessoa, apoiada em três princípios, quais sejam a consideração positiva incondicionada¹⁴; a congruência, tida como a coerência interna do próprio terapeuta e a empatia. Sobre este último, Barbier destaca que “o pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para ‘compreender do interior’ as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, valores, símbolos e mitos (existencialidade interna)” (BARBIER, 2007, p. 94).

Desdobrando-se tal noção, desembocamos na ideia de implicação. Segundo Barbier, “implicar-me consiste sempre em reconhecer simultaneamente que eu implico o outro e sou implicado pelo outro na situação interativa” (BARBIER, 2007, p. 101). Partindo de uma abordagem transversal, podemos posicionar-nos as relações dos sujeitos para com os três universos do sentido, emergidos dos imaginários pulsionais, sociais e sacrais.

O **pesquisador coletivo**, “é um grupo-sujeito de pesquisa constituído por pesquisadores profissionais e por membros

(particularmente implicados) da população vinculada à investigação participativa” (BARBIER, 2007, p. 103). Tal noção acarreta na existência de uma escrita coletiva, incentivando a elaboração do relatório pelo maior número de membros do pesquisador coletivo possível, a partir, inclusive da dimensão iconográfica, materializadas em desenhos, poemas, músicas, etc. Essa perspectiva garante a inclusão efetiva da diversidade social que deve compor o pesquisador coletivo.

Como recorte para esse artigo, partiremos da pergunta: como o cachimbo e a lata podem contribuir na constituição da pessoa em situação de rua em sua relação com o crack e as possíveis práticas em RD? Trataremos do consumo de SPA a partir da perspectiva de ritual, desenvolvida na tese de doutorado de Jean-Paul Grund, analisando os objetos presentes nesse ritual – cachimbo e lata – sob a ótica da Cultura Material do antropólogo Daniel Miller.

A construção dos dados ocorreu a partir da realização de Rodas de Vivências (RV)¹⁵ no Centro Pop assim como do Grupo de Estudos (GE)¹⁶ em RD junto ao Consultório na Rua (CR). Apesar das RV e do

¹³ A plena consciência de estar, aqui e agora, ocasionando um estado de hiperobservação e de suprema atenção.

¹⁴ Receber e aceitar a pessoa como ela é e expressar uma consideração positiva por ela, simplesmente por que ela existe, não sendo necessário que existam outras condições para isso. (ROGERS, 1981).

¹⁵ Encontros quinzenais realizados juntamente com a graduanda em Serviço Social, Fabiana Caroline Viana, e a graduanda em Medicina, Brenda Frias. A proposta dessas

RV é propiciar espaços nos quais possamos tratar de nossas relações com SPA juntamente aos usuários do Centro Pop, e assim, construirmos estratégias e práticas em RD com essa população.

¹⁶ Apesar da RD não ser sistemática e objetivamente aplicada no município de Franca, os/as trabalhadores e trabalhadoras dos serviços desenvolviam tais práticas de forma rudimentar. Assim sendo, a proposta do GE é construir práticas mais esclarecidas em RD para que os serviços

GE realizarem-se em espaços distintos, ambos possuíram o mesmo objetivo, qual seja a educação em RD, atuando na perspectiva de complementaridade recíproca entre ambos. Inclusive, os assuntos tratados nestes possuíram inúmeros entrosamentos, quais sejam: o preconceito com o consumo de SPA, a questão das internações, o crack e, o tema desse artigo, o cachimbo e lata para consumo dessa SPA. Além do tangenciamento dos assuntos, os espaços também foram entrosados, a partir da presença, em certos GE, de pessoas em situação de rua também consumidoras de crack, assim como da realização, junto ao CR, da RV com o tema: oficina de cachimbo. Ademais dessas duas fontes para construção de dados, entrevistas semiestruturadas foram realizadas com a população de rua usuária do Centro Pop.

O objetivo final do estudo é possibilitar um diálogo efetivo entre os profissionais do CR e as interações da população de rua com o crack, no sentido de garantir uma melhor qualidade de atenção, pelo serviço, que considere o material dessas interações para aplicar práticas de RD. Além

possam desenvolver seus trabalhos de forma mais segura e científica, a partir de encontros quinzenais debatendo artigos científicos, práticas de consumo, etc.

¹⁷ Este se apresenta como um conjunto de materiais a serem disponibilizados, para consumidores de SPA, visando a redução de danos decorrentes desse consumo, principalmente da transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Os kits de insumos variam de acordo com o ritual de consumo. No caso de pessoas em situação de rua que consomem crack, são exemplos de insumos: piteiras de silicone para uso individual, impedindo que mais de uma boca entre em contato direto com o mesmo cachimbo; lubrificante labial, evitando que os lábios

disso, contribuir para a elaboração de um folder informativo, a ser distribuído no kit de insumos¹⁷ pelo CR, com sugestões para o consumo de crack, na lata ou no cachimbo, de forma menos prejudicial à saúde do consumidor. Tais práticas estão previstas no art. 3º da Portaria do Ministério da Saúde sobre RD, definindo que:

[...] as ações de redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, compreendam uma ou mais das medidas de atenção integral à saúde, listadas a seguir, praticadas respeitando as necessidades do público alvo e da comunidade:

I - informação, educação e aconselhamento;

II - assistência social e à saúde;

III - disponibilização de insumos de proteção à saúde e de prevenção ao HIV/Aids e Hepatites.

Abordagens de pesquisa com consumo de SPA

A questão do consumo de SPA aparece como um fenômeno de análise científica bastante complexo, uma vez que perspectivas morais estão, por vezes,

ressequem e rachem aberturas para a difusão de infecções. Além do recorte em ISTs, o kit de insumo pode conter informações a respeito do consumo de determinada SPA, assim como garantir um tímido acesso a direitos básicos, como, por exemplo, distribuir barrinhas de cereais e água potável para a população de rua. Entretanto, talvez a maior qualidade do kit de insumos seja a possibilidade de mudança na abordagem de consumidores: não os recriminando com julgamentos pessoais, mas lhes presenteando com objetos que podem dialogar positivamente com o seu consumo de SPA, e assim gerar vínculo.

fortemente enraizadas em nossa forma de percebê-lo. Essa complexidade - da questão das SPA, atreladas à proliferação de doenças -, também perpassa pelos

[...] métodos costumeiros da ciência médica e epidemiológica, fortemente voltados para a quantificação de seus resultados, não se têm mostrado suficientes. Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de recorrer a pesquisas de natureza qualitativa e etnográfica para conseguir melhor compreensão da situação (MACRAE, 1994, p. 99).

Além disso, as pesquisas biológicas tendem a valorizar questionamentos relacionados à SPA e as consequências diretas de seu consumo. Tal forma de análise é dialógica com a política proibicionista, adotado no cenário nacional e internacional, que lida com o fenômeno das SPA estabelecendo sanções para o consumo e o comércio de substâncias específicas sob a justificativa de seus relevantes malefícios sociais e individuais e assim valorizando apenas os elementos relacionados a tais substâncias. Entretanto, vale ressaltar que tais justificativas, mascaradas de cientificidade¹⁸, apenas aparecem como desculpas institucionais para a real função da política proibicionista, qual seja: o controle e disciplinalização, por meio do sistema carcerário, de determinadas populações

expostas às vulnerabilidades sociais, econômicas e históricas. Como consequência direta, “deixa-se de reconhecer os problemas suscitados pelo uso de psicoativos como produção cultural, ignorando-se a profunda heterogeneidade dos modos de consumo, das razões, crenças, valores, ritos, estilos de vida e visões de mundo que o sustentam” (MACRAE, 2001, p. 13). Ademais, a anulação da percepção cultural do consumo de SPA dificulta a atenção “para possibilidades de prevenção e controle dos efeitos indesejáveis bastante mais eficazes que o mero proibicionismo” (MACRAE, 2001, p. 14).

Howard Becker foi pioneiro no estudo da dimensão sociológica das SPA, “constatando que as ideias do usuário sobre a droga influenciam como ele as usa, interpreta e responde a seus efeitos, argumenta que a natureza da experiência depende do grau de conhecimento disponível ao usuário” (MACRAE, 2001, p. 15). De acordo com Edward MacRae, tal conhecimento, construído no interior das comunidades, a respeito do consumo de SPA faz parte do que é denominado como “cultura” ou “subcultura” das drogas (2003, p. 3).

Essa subcultura das drogas aparece como práticas desviantes em relação à cultura convencional ou dominante. Esta, com suas

¹⁸ Uma vez que os malefícios individuais e sociais do consumo ético são consideravelmente maiores que os relacionados ao consumo de cannabis, por exemplo.

regras formais e proibicionistas sobre o consumo de SPA, “age como um forte impulso para a formação de uma subcultura desviante com códigos e rituais específicos em torno das transações e do consumo de drogas”¹⁹ (GRUND, 1993, p. 23). Além dessas regras formais da cultura dominante, “Becker explica que acordos informais, reforçados por sanções informais de vários tipos também fortalecem o desvio”²⁰ (GRUND, 1993, p. 23). Assim sendo, Becker conclui que “o desvio é criado pela sociedade: grupos sociais criam desvios, elaborando regras cuja infração constitui desvio, as aplica para pessoas específicas, rotulando-as como estranhas”²¹ (GRUND, 1993, p. 24). Uma vez rotuladas enquanto desviante de uma regra específica, o indivíduo é enquadrado, conseqüentemente, em outras características desviantes (GRUND, 1993, p. 24). e assim produz uma reafirmação do desvio, garantindo uma profecia-autorrealizável, na qual a pessoa desviante é cada vez mais restringida à subcultura desviante, reforçando-a.

A qualidade desviante é aplicada para com a população de rua. Esta, não se enquadrando em uma estrutura de vida

tradicional, com moradia, família e trabalho formal ou lícito²², junto à constante associação, para com essa população, do consumo problemático de SPA, principalmente do “demonizado” crack, são estereotipadas na figura do “Nóia.” Tal estigma construído e reforçado estabelece a homogeneização de uma comunidade que é extremamente heterogênea, o que dificulta o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às reais necessidades específicas dessas pessoas, além de retroalimentar os preconceitos da sociedade em geral, as ações truculentas das polícias, assim como as ações higienistas, marginalizando e limitando as relações sociais da população de rua.

Outro pesquisador que desenvolveu pesquisas sobre consumo de SPA foi o médico norte-americano Norman Zinberg. Este,

[...] foi um dos primeiros a estudar o chamado ‘uso controlado’ de psicoativos, caracterizado por seus baixos custos pessoais e sociais, enfatiza que os efeitos do uso dessas substâncias dependem não só das suas propriedades farmacológicas, mas igualmente das atitudes e personalidade do usuário (set) e do meio físico e social onde ocorre o uso (setting) (MACRAE, 2001, p. 15).

¹⁹ Tradução nossa de: “Acted as a strong impetus for the formation of a deviant subculture with specific codes and rituals around the transactions in, and use of drugs.”

²⁰ Tradução nossa de: “Becker explained that informal agreements, enforced by informal sanctions of various kinds also fortify deviance.”

²¹ Tradução nossa de: “deviance is created by society: social groups create deviance by making the rules whose infraction constitutes deviance, and by applying those rules to particular people and labeling them as outsiders.”

²² De acordo com o Art. 1º, Parágrafo único, do Decreto da Política Nacional para População de Rua, nº 7.053/09: “considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a **pobreza extrema**, os **vínculos familiares interrompidos ou fragilizados** e a **inexistência de moradia convencional regular**, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (grifos nossos).

Entretanto, Zinberg não respondeu, em sua pesquisa, os elementos que contribuem para que alguns indivíduos desenvolvam um consumo controlado, enquanto outros não. É nesse sentido que

[...] o cientista social holandês Jean-Paul Grund retoma as ideias de Zinberg e as desenvolve. Inicialmente enfatiza que a auto-regulação deve ser entendida como mais do que a simples limitação do uso, devendo-se também levar em conta a prevenção e o gerenciamento de problemas ligados às substâncias psicoativas e que, para tanto, seria necessário adotar um ponto de vista multidimensional (MACRAE, 2001, p. 17).

Além dos rituais e sanções sociais que encontramos quando observamos o *setting*, de Zinberg, outros elementos potencialmente podem impactar a eficiência desses controles sociais no consumo de SPA. “Nesse aspecto, a teoria de Zinberg é bastante estática. Isso não a torna inválida, mas, de fato, explicita uma necessidade de revisão”²³ (GRUND, 1993, p. 238). Grund “se propôs a realizar uma pesquisa etnográfica sobre os comportamentos relacionados ao consumo de drogas por usuários de heroína e cocaína em Roterdã”

(MACRAE, 1994, p. 106), a partir da perspectiva do consumo enquanto um ritual social dentro de uma subcultura. Já em suas conclusões, Grund estabelece três elementos que dialogam com a possibilidade do indivíduo desenvolver um consumo de SPA passível de autocontrole: disponibilidade da SPA, rituais e regras sociais e estrutura de vida do indivíduo. Tais elementos constituem-se enquanto “fatores interativos num processo circular, internamente coerente. Por sua vez, estes são modulados (modificados, corrigidos, reforçados etc.) pelos seus resultados”²⁴ (GRUND, 1993, 247) assim como por fatores externos. É, portanto, “um circuito retroalimentado que determina a força dos processos de auto-regulação que controlam o consumo de drogas”²⁵ (GRUND, 1993, 248). Dessa forma, “rituais e regras determinam e restringem os padrões de consumo de drogas, impedindo a erosão da estrutura da vida. Um alto grau de estrutura de vida permite ao consumidor manter uma disponibilidade estável de SPA, essencial para a formação e manutenção de regras e rituais eficientes”²⁶ (GRUND, 1993, 248).

²³ Tradução nossa de: “In that respect, Zinberg's theory is rather static. This does not make it invalid, but does, indeed, signify a need for revision.”

²⁴ Tradução nossa de: “interactive factors in an internally coherent circular process, in which these factors are themselves modulated (modified, corrected, strengthened, etc.) by their outcomes.”

²⁵ Tradução nossa de: “a 'feedback circuit' that determines the strength of self-regulation processes controlling drug use.”

²⁶ Tradução nossa de: “rituals and rules determine and constrain the patterns of drug use, preventing an erosion of life structure. A high degree of life structure enables the user to maintain a stable drug availability, which is essential for the formation and maintenance of efficient rules and rituals.”

Ritual do consumo de crack: cachimbos, latas e a RD

Trabalhar com o fenômeno do consumo de crack pela população de rua a partir da perspectiva de ritual pode garantir uma via de diálogo importante para a construção de práticas em RD. Ao não tratarmos do assunto de forma unilateral e moralista, estando abertos a uma abordagem que produza conhecimento através da empatia, possibilitamos uma compreensão cultural do fenômeno.

Rituais, para Grund,

[...] são seqüências comportamentais estereotipadas dotadas de um significado simbólico que, no entanto, nem sempre se encontra presente de maneira expressa ou consciente. Além disso, podem existir consideráveis diferenças individuais entre atores quanto à validação do significado simbólico. (tradução nossa)²⁷ (1993, 13).

Dessa forma, não são quaisquer comportamentos sequencias que, realizados, estabelecem as características de ritual, mas aqueles que também são elaborados a partir de um significado simbólico aberto. Tais

características essenciais do ritual são observadas também por Agar estabelecendo que “para um evento ser um ritual, ele deve prescrever uma seqüência de atos psicomotores e essa seqüência psicomotora prescrita deve ser investida de um significado especial para a pessoa que realiza essa seqüência”²⁸ (AGAR, 1977, p. 137). Para que o ritual de consumo tenha esse significado especial, “a disponibilidade limitada da SPA é uma importante condição, mas sozinha não é suficiente. Devemos combiná-la com o reconhecimento do valor que a SPA possui para os consumidores”²⁹ (GRUND, 1993, p. 21). Dessa forma, Grund estabelece que “a disponibilidade limitada se torna um lembrete constante da importância objetiva reconhecida do objeto, induzindo um processo psicossocial pelo qual ele ganha substancial importância subjetiva”³⁰ (GRUND, 1993, p. 22). Ademais, “a escassez [da SPA] não apenas aumenta o valor econômico dos objetos, mas também pode levar à adição de uma elaboração simbólica (importância social)”³¹ (GRUND, 1993, p. 22), e, “portanto, fica claro que diferentes níveis de disponibilidade de SPA

²⁷ Tradução nossa de: “rituals are stereotypical behavioral sequences with a symbolic meaning, which, nevertheless, is not always expressively or consciously present. Moreover, considerable individual differences may exist between individual actors in validating the symbolic meaning.”

²⁸ Tradução nossa de: “For an event to be a ritual event it must prescribe a sequence of psychomotor acts and this prescribed psychomotor sequence must be invested with a special meaning for the person performing that sequence.”

²⁹ Tradução nossa de: “limited availability [of drug] is an important condition, but in itself it is not a sufficient

explanation. Combined with the recognized value the drug has for users, it is.”

³⁰ Tradução nossa de: “the limited availability becomes a constant reminder of the object's recognized objective importance, inducing a psycho-social process by which it gains a substantial subjective importance.”

³¹ Tradução nossa de: “Scarcity not only increases the economic value of objects, it can also lead to the addition of symbolic elaboration (social importance).”

estão associados a diferentes rituais de administração”³² (GRUND, 1993, p. 21).

Apesar do crack ser uma substância de fácil acesso econômico, tendo em vista seu preço de dez reais a “pedra”³³, consumir crack em excesso não é uma prática barata. Afinal, o consumo deste pela população de rua não se dá de forma isolada e em doses controladas, mas em situações de excessivo consumo constante – conhecido como “invernação” -, na qual o indivíduo chega a gastar de oitenta a duzentos reais diários³⁴. Esses períodos de “invernação”, que podem durar quatro dias ou mais, são intercalados por momentos abstinentes, tendo em vista a avançada degradação biológica do corpo dessa pessoa desencadeada pela falta de apetite proporcionado pelo crack, limitado acesso à alimentação e demais fatores de vulnerabilidades sociais.

O crack “é produzido a partir da mistura da pasta-base de coca ou cocaína refinada com bicarbonato de sódio ou amônia e água, gerando um composto que pode ser fumado ou inalado. Seu nome – crack – deriva dos estalidos produzidos pelas pedras ao serem queimadas durante o uso.” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2011, p. 19).

Seus efeitos são bastante similares aos da cocaína³⁵, diferenciando-se pela rapidez com que age, assim como pela duração – de um a cinco minutos após o consumo, enquanto os efeitos da cocaína chegam a durar até quarenta minutos após inalada.

O consumo do crack pela população de rua se dá através de cachimbos ou latas de bebidas descartadas. Apesar de a lata constituir um cachimbo, a elaboração dessa categoria específica advém da própria diferenciação estabelecida entre os consumidores. É nesse sentido que adentramos na Cultura Material de Daniel Miller. Nesta, o interesse predomina em “como as coisas fazem as pessoas” (MILLER, 2013, p. 66), assim sendo, “no plano teórico não interessa tanto como as pessoas usam as coisas, mas como as coisas constituem as pessoas” (VIANNA; RIBEIRO, p. 423). “Trata-se da teoria que dará forma à ideia de os objetos nos fazem como parte do processo pelo qual os fazemos. Da teoria de que, em última análise, não há separação entre sujeitos e objetos” (MILLER, 2013, p. 92).

Miller repudia a abordagem semiótica na qual signos, assim como

³² Tradução nossa de: “It is thus clear that different levels of drug availability are associated with different administration rituals.”

³³ Unidade popular de medida da venda de crack e equivale, normalmente, a quatro doses de consumo.

³⁴ A renda é para esse consumo é obtida através de diversos trabalhos que perpassam, de forma corriqueira, a irregularidade – distribuir panfletos, faxinar casas,

prostituição, chapa de caminhão, cuidar de barraca de camêlo, etc - assim como a ilegalidade – tráfico e furtos. Além disso, o ato de pedir esmolas em semáforos, denominado “maguear” é uma atividade bastante costumeira.

³⁵ Ambas SPA atuam como estimulantes do Sistema Nervoso Central.

objetos, nos representam. Essa perspectiva “pouco nos diz sobre a verdadeira relação entre pessoas e coisas; ela tende sempre a reduzir as últimas às primeiras” (MILLER, 2013, p. 76), tal qual observamos na tendência de “coisificar” o “usuário de drogas”, principalmente o de crack. Prefere, pois, estruturar sua teoria a partir dos estudos de Erving Goffman. Segundo Miller, Goffman argumentava que grande parte do nosso comportamento é sugerido por expectativas determinadas pelos quadros que constituem o contexto da ação.” O enquadramento dessa atividade estipula o comportamento apropriado a ser desenrolado em um certo cenário de forma a que permaneçamos, na maior parte do tempo, inconscientes dessa restrição arbitrada. “Objetos materiais são um cenário. Eles nos conscientizam do que é apropriado e inapropriado” (MILLER, 2013, p. 78).

Ao convidarmos os usuários do Centro Pop para participarem das oficinas de cachimbo que realizamos, distintas reações foram assimiladas. Alguns se impressionaram e se empolgaram com a proposta de trazer para o centro do debate os instrumentos para consumo de crack – ou “ferramentas de trabalho” como costumam denominar. Outros, tiveram sua privacidade incomodada com o convite, contestando que “é feio falar sobre

isso”³⁶ ou nos apresentar seus cachimbos. Afinal, “algo que não se deve mencionar foi alçado à primeiro plano” (MILLER, 2013, p. 78). Além disso, alguns ficaram bastante curiosos de nossas dúvidas se concentrarem sobre esse objeto e não no crack. Quando questionados, explicávamos que nossos interesses abarcavam questões relacionadas à saúde do consumidor de SPA, e que conversar sobre esses objetos, suas técnicas de elaboração e sua participação nos rituais³⁷ poderiam contribuir para esse nosso objetivo.

Com relação ao serviço, o cachimbo é proibido de lá adentrar. Todavia, por ser, normalmente, um objeto pequeno, e o serviço não realizar revistas extravagantes e exageradas, tal regra não é efetiva. Talvez possamos reformulá-la para “Cachimbos devem permanecer escondidos, “amoitados.” Entretanto, “quanto menos tivermos consciência deles [objetos], mais conseguimos determinar nossas expectativas, estabelecendo o cenário e assegurando o comportamento apropriado, sem se submeter a questionamentos” (MILLER, 2013, p. 78).

Retomando as duas categorias, construídas pela própria população de rua, a partir da ferramenta utilizada para o consumo de crack: lata ou cachimbo, observamos a constituição de distintas relações com o ritual de consumo. Inclusive,

³⁶ O discurso proibicionista é também opressor entre os próprios consumidores.

³⁷ Tal termo, apesar de ser específico da bibliografia utilizada na pesquisa, apareceu também nas palavras dos participantes das oficinas de cachimbo.

o consumo de crack nessas ferramentas é qualidade exclusiva da população de rua, uma vez que outras comunidades, que consomem crack e não vivenciam as dinâmicas das ruas, o realizam a partir de cachimbos comprados em tabacarias, denominado “pipe.” Assim sendo, a elaboração dessas ferramentas é elemento constitutivo essencial do ritual de consumo de crack pela população de rua.

O cachimbo pode ser construído a partir de inúmeros materiais encontrados pelas ruas, assim como por diversificadas técnicas. Em uma das entrevistas realizadas, Daiane³⁸ apareceu com tampas de remédio e de caneta bic, canudo usado de pirulito, lata, garrafinha de refrigerante e isqueiro. Pediu-nos uma faca e um pouco de papel alumínio e, a partir desse inventário começou a construir diferentes cachimbos. Conforme avançava a sua confecção, assoprava pela boquilha da piteira, tampando com o dedão o forninho, para observar se o objeto estava bem vedado, não escapando ar por aberturas indesejadas. Estando o objeto funcional, recortou um pedaço do papel alumínio para colocar em cima do forninho, prendendo-o com um pedaço de sacola plástica. Por fim, realizou alguns meticulosos furinhos neste para criar a passagem da fumaça exalada na incineração do crack. Apesar dos diferentes

materiais empregados para a feitura de um cachimbo, o método basicamente perpassa por essas etapas. Além dessas ferramentas apresentadas por Daiane, é comum também a utilização de canos de alumínio, peças de cobre, materiais de PVC, pedaços de mangueira, lâmpadas, etc. Alguns, inclusive nomeiam seus cachimbos. O nome comumente utilizado é “Bóris”³⁹, apesar de também aparecem nomes particulares, conforme constatamos nas oficinas de cachimbo, tais quais: “Berenice” e “Derrete.” Para a antropóloga Taniele Rui, “o nome identifica, referencia, comunica e, no auge da sua consagração, produz uma ‘curiosa contaminação de prestígio’ em tudo e todos que estão ao seu redor” (2012 p. 33), e assim possibilita uma abertura para a construção de saberes sobre saúde e RD.

Ainda sobre o cachimbo, o consumo de crack neste é apenas possibilitado pela presença do papel alumínio, ferramenta esta que pode apresentar certa dificuldade em ser encontrada. Revirando-se os lixos, tal ferramenta pode ser adquirida também a partir das tampas descartáveis de iogurtes e de copos de água, assim como de embalagens de cigarro. Com relação a este último, deve-se queimar a embalagem para retirar o papel e restar apenas o alumínio. Além dessa técnica de procura, alguns consumidores de crack em

³⁸ Nome fictício.

³⁹ Tanto aqui em Franca, quanto em Campinas, como assinala a antropóloga Taniele Rui. (RUI, 2012, p. 33)

situação de rua também compram rolos de papel alumínio e estocam.

Já o consumo na lata de alumínio pressupõe uma sequência comportamental bastante específica. Primeiro assopra-se a lata para saber se ela não está com vazamento de ar por aberturas indesejadas. Caso bem vedada, amassa-se a região lateral próxima à base para constituir o que será o forninho. A lateral oposta a do forninho também deve ser amassada e assim garantir que a lata permaneça estável quando apoiada na horizontal. O lacre é arrancado e quebrado pela metade. Com os “dentes” resultantes dessa quebra se realiza pequenos furinhos, no forninho, em formato de cacho de uva. Caso a pessoa seja descuidada, furos largos comprometem o objeto – o que é denominado de “arrombar” a lata. Por fim, assim como no cachimbo, veda-se com o polegar o forninho, assoprando pela boca da lata, para observar, mais uma vez, a vedação do instrumento. Para o consumo de crack na lata, o papel alumínio do forninho não é necessário.

Além do cachimbo ou lata, para consumir o crack é indispensável a presença de cinzas de cigarro no forninho. Em caso de ausência, o consumo é impossibilitado, uma vez que ao ser incinerado se derrete em uma pasta, não se transformando em fumaça. Como substituto das cinzas, areia grossa ou pó de café

são utilizados, assim como a palha de aço⁴⁰. Com o intuito de garantir a constante disponibilidade das cinzas do cigarro, pequenos recipientes, tais quais embalagens de Tic Tac, são utilizados para a sua armazenagem. Alguns consumidores de crack em situação de rua, inclusive não fumam tabaco, necessitando acender o cigarro e deixá-lo queimar ao relento, como se fosse incenso.

A diferenciação e consequências entre os que utilizam o cachimbo dos que fazem o consumo de crack a partir da lata ocorrem em seis aspectos: efeitos, noções de saúde, disponibilidade de ferramentas, relação entre indivíduo-crack, espaço de consumo e produção da “resina”.

Por possuir um corpo mais avolumado, a lata permite que o consumo do crack seja realizado em etapas, armazenando-se a fumaça em seu interior. Ao ser incinerado, o crack rapidamente é transformado em fumaça e, caso o consumo se dê no cachimbo, esta não consegue ser estocada – tendo em vista o seu formato delgado, devendo ser prontamente tragada em uma “paulada”, ou desperdiçada para a atmosfera. Consequentemente, seus efeitos são mais rápidos e intensos – como explicita o popular termo utilizado: “paulada” -,

⁴⁰ O consumo a partir da palha de aço é realizado não com a pedra de crack, mas com seus farelos. Estes são misturados àquela e posicionados no forninho. Tal prática exponencia

os danos causados pelo crack, uma vez que a palha de aço também é tragada.

enquanto que na lata, o consumidor dispõe da possibilidade de dosar as tragadas.

Nas oficinas de cachimbo foi ressaltada, pelos participantes, a qualidade negativa para a saúde do consumo de crack em latas, uma vez que, esta, por estar envolta por um rótulo estampado, libera substâncias tóxicas adicionais advindas da combustão da tinta presente neste. Além disso, o alumínio, presente no interior das latas, eleva o nível sérico deste no corpo do consumidor, expondo-o “à possível intoxicação e danos neurológicos irreversíveis” (JORGE, 2013, p.7).

Devido à necessidade de possuir a disposição algumas ferramentas indispensáveis para a feitura do cachimbo, tal qual o papel alumínio no forninho, a opção do consumo em latas aparece como uma alternativa viável para a situação específica. Por ser uma ferramenta de fácil acesso, o consumo em latas é bastante disseminado, mas não é este um fator principal que condiciona sua utilização.

Enquanto a lata aparece como uma ferramenta descartável após o consumo – ou a “invernação”, o cachimbo tende a permanecer em companhia do consumidor. Além disso, como ressaltado anteriormente, o cachimbo pode ser nominado, fato que não

ocorre com a lata. Alguns consumidores ressaltaram que as pessoas que usam cachimbos estão em um grau de consumo mais constante e problemático. Já em outros momentos, outros consumidores assinalaram uma hierarquização inversa a essa, na qual fumar na lata seria a “ralé” do consumo, o grau social mais baixo entre os consumidores. Não conseguimos construir dados suficientes para garantir se essa análise de fato se aplica, ou aparece como um preconceito entre pessoas que consomem crack a partir de diferentes ferramentas. O que podemos compreender dessa relação é a categorização construída pela própria população de rua: os que utilizam o cachimbo e os que utilizam latas. Vale ainda ressaltar que quando a pessoa que utiliza o cachimbo resolve por reavaliá-la sua relação com o crack, costuma se desfazer dessa ferramenta.

Tendo, pois, a lata um volume maior do que o cachimbo, sua utilização em certos espaços públicos é desestimulada, decorrente da “pala” – ato de chamar muita atenção – que ela ostenta. Como consequência, o consumo em latas acaba sendo realizado em espaços urbanos nos quais as regras sociais⁴¹, referentes ao consumo de crack, são mais maleáveis, tais quais os “territórios psicotrópicos”, popularmente denominados de fumódromos. O psicólogo português Luis

⁴¹ Normas formais e informais estabelecidas, por exemplo, pela Polícia Militar e a população em geral a respeito do consumo de SPA.

Fernandes denomina estes enquanto locais nos quais ocorre a “territorialização funcional do espaço”. Tal ocorrência se desenvolve em torno de diferentes dinâmicas de venda e consumo de SPA, que são objeto de sucessivas tentativas de controle por parte do poder público (FERNANDES; PINTO, 2004). Enquanto o cachimbo pode mais facilmente se deslocar pela malha urbana, a lata tende a ser restringida nesses espaços.

Talvez o aspecto mais importante desse ritual se constitua na obtenção da “resina”, descrita pelos consumidores enquanto “óleo” ou “mel” do crack. Esta é produzida a partir da combustão incompleta do crack e retida nas paredes internas do cachimbo ou lata. Após retirada, é carburada e sua fumaça tragada, apresentando efeitos estimulantes mais fortes e sendo amplamente apreciada pelos consumidores. Inclusive, há consumidores apenas de resina, ou seja, que não consomem crack, já o oposto é dificilmente encontrado. A qualidade da “resina” obtida está diretamente relacionada com o material que compõe a ferramenta de consumo. Dessa forma, dão preferência para a utilização de cobre e alumínio, em oposição ao plástico e PCV: enquanto estes produzem uma “resina” mais escura com um péssimo gosto, aqueles propiciam-na com qualidades melhores – segundo os próprios consumidores – tais quais uma coloração mais clara, sabor palatável e efeitos apreciados. Como a lata é composta por

alumínio, esta passa a ser uma interessante ferramenta de consumo, e de fácil acesso, para a produção da “resina.” Assim sendo, o consumidor tende a dar preferência à lata nos casos em que a produção do cachimbo se limita a materiais como o plástico e o PVC, por exemplo. Para consumir a “resina”, diferentes técnicas são empregadas, de acordo com a ferramenta em que está contida. No caso de latas: estas podem ser abertas ao meio e terem seu interior raspado com a ajuda de pedaços de ferro, retirando a resina e a consumindo em outra ferramenta, ou incineradas em uma fogueira, tal qual “churrasco” – expressão utilizada pelo participante da oficina – utilizando como apoio, para não queimar mão, um tubo. Este é inserido na boca da lata e, posteriormente, será utilizado para tragar a fumaça proveniente da “resina.” Já para consumir a “resina” de cachimbos, pode-se, por meio da “barbatana” – expressão que denomina hastes de ferro, normalmente feitas com antenas de televisão –, empurrar a substância contida em seu interior para a região do forninho e passar a chama do isqueiro sobre, liberando a fumaça da “resina.” Tal prática é denominada como “recheiar o cachimbo.” Há também a possibilidade de se colocar etanol no interior da ferramenta de consumo, chacoalhá-la e dispensar o líquido em um recipiente. Após isso se deve atear fogo à substância, sobrando apenas a “resina” que pode ser consumida novamente na própria ferramenta ou em

outra. Essa última técnica é compartilhada tanto para cachimbo quanto latas.

A produção da “resina” também se relaciona com o compartilhamento das ferramentas de consumo. Tal prática é desestimulada pela RD pois “o contato repetido, com o material aquecido, lesa o tecido cutâneo, causando o aparecimento de bolhas e feridas na língua, nos lábios, rosto e dedos. Uma vez compartilhada o contato com o sangue de outros usuários, pode aumentar o risco de transmissão de doenças infectocontagiosas” (JORGE, 2013, p. 7). Todavia, além do elemento de sociabilidade⁴² presente no compartilhamento das ferramentas, outra importante função desse ritual é a elevação do potencial de produção de “resina”, inversamente proporcional ao valor gasto na compra de crack. Normalmente, a pessoa fatura também algumas tragadas cobradas pelo empréstimo da ferramenta. Vale ressaltar também que a resina não apenas destina-se seu para o consumo direto, podendo gerar renda através da venda⁴³ de ferramentas “recheadas com “resina” e, conseqüentemente, observamos outra relação de compartilhamento. Em certos

fumódromos de Franca, as pessoas responsáveis pelo comércio de SPA, no território, exigem o consumo de crack apenas nas “ferramentas da casa” – latas e cachimbos emprestados pelos comerciantes aos consumidores. Estas são capitalizadas posteriormente através de sua venda para consumo da “resina.”

Uma interessante prática para reduzir os danos do compartilhamento de ferramentas foi apresentada por Antônio⁴⁴, na oficina de cachimbo. Este, comentou possuir dois cachimbos: um para uso pessoal e outro apenas para compartilhar e, após estar bem “recheado”, vendê-lo.

Além da perspectiva de saúde que o cachimbo, ou lata, garantem ao serem colocados em evidência, medidas repressivas podem também ser desencadeadas quando tais ferramentas dialogam com a Polícia Militar (PM). “De forma clara, os trecos podem se virar contra nós e se tornar opressivos, mas é preferível ver isso como contradição, e não como a única maneira de caracterizar nossa relação com as coisas” (MILLER, 2013, p. 93). A população de rua, nas abordagens realizadas pela PM, pode ser estigmatizada enquanto

⁴² O ritual tem uma função de sociabilidade. Conforme Grund, “A ênfase principal na análise do ritual está em sua função social.” Assim como “o ritual é uma expressão simbólica da doutrina do grupo e ajuda a preservar seus valores. Ele controla e regula as situações sociais, multiplica as relações entre os membros individuais do grupo e os torna mais íntimos uns com os outros.” Traduções nossas de: “The main emphasis in the analysis of ritual is on its social function;” e de “Ritual is a symbolic expression of the

group's doctrine and helps to preserve its values. It controls and regulates social situations, multiplies the relations between individual group members and makes them more intimate with one another.” (GRUND, 1993, p. 16).

⁴³ Na Oficina, os participantes relataram que já venderam ferramentas recheadas por valores que vão desde cinquenta a duzentos reais.

⁴⁴ Nome fictício.

“nóia” e tipificada como “usuário” ao serem encontrados na posse de ferramentas para consumo de crack.⁴⁵ Ademais, “tudo que produzimos tende a ter um interesse autônomo e o potencial de nos oprimir, em vez de nos servir” (MILLER, 2013, p. 47).

Por fim, talvez, a substância escassa que garanta o sentido especial que permeia o ritual de consumo de crack, não seja o próprio crack, ou apenas este, mas também a “resina”, que é produzida e consumida nesse ritual. Vale ressaltar que inexistem estudos sobre as características farmacológicas dessa substância, fato que dificulta qualificar os danos objetivos causados por seu consumo. O que podemos compreender, através desse artigo, é que a “resina” apresenta-se como um elemento essencial e extremamente valorado dentro do ritual. Essa valoração perpassa por aspectos econômicos – alto preço de sua comercialização –, técnicos – tendo em vista a relação entre a qualidade de sua produção e os materiais que constituem as ferramentas de consumo –, e subjetivos – elevada importância que a “resina” possui para a população de rua.

Considerações Finais

Observamos, pois, que nos permitir compreender o consumo de crack enquanto

produção cultural nos garantiu abarcar esse fenômeno de forma a valorizar a construção de estratégias em RD. Estas de nada servem se não forem desenvolvidas em conjunto aos consumidores e em detrimento às próprias estratégias de auto-regulação no consumo de SPA, existentes no interior dessa comunidade. Para que isso ocorra, é indispensável a constituição de vínculo entre trabalhadoras (es) de serviços e a população de rua.

Baseado numa relação intersubjetiva, o vínculo é descrito a partir de uma linguagem política fortemente baseada no respeito aos direitos humanos. Nota-se, assim, que o cachimbo é importante porque aciona uma proximidade, cujo objetivo é fazer o usuário perceber que tem ‘direito a ter direitos’. Por meio do cachimbo, pode-se até chegar à ‘consciência política’ (RUI, 2012, p. 42).

A “Oficina de Cachimbo” se configurou como um fértil espaço para a constituição de vínculo. De início, foi tomada por certo estranhamento, por parte dos usuários do Centro Pop, em trazerem ao primeiro plano os cachimbos e latas, sensação que se diluiu ao longo da atividade devido a seriedade com que foi conduzida. Na Oficina de Cachimbo, o consumo de crack não deve ser julgado mas compreendido. Além da constituição de vínculo, outro importante papel da Oficina é

⁴⁵ Tal fato é bem analisado por Taniele Rui em seu artigo: isso não é um cachimbo. RUI. T. Isso não é um cachimbo.

Áskesis - Revista dos Discentes do PPGS/UFSCar, v. 1, n. 1, jan/jul, p. 32-45, 2012.

possibilitar práticas de RD, ao provocar questionamentos a cerca dos objetos que mediam as interações com o crack, em diálogo direto com as/os consumidoras(es).

Nesse sentido, destacamos a qualidade criativa desenvolvida pela população de rua ao construir as ferramentas de consumo a partir de diversificados objetos. Tal qualidade aparece como uma excelente potencializadora na construção de práticas em RD. Além disso, observamos o constante diálogo constituído entre a população de rua e o “lixo”, uma vez que é a partir de materiais descartados, pela sociedade em geral, que essa população constrói suas ferramentas de consumo, reciclando-os e desenvolvendo ações que perpassam pela sustentabilidade – diferentemente do estereótipo empregado para com essa comunidade, associando à sujeira.

Com relação às latas e cachimbos, constatamos a sua dupla função: tanto como ferramenta para o consumo de crack, como instrumento utilizado para a fabricação da “resina.” Trazendo para primeiro plano tais objetos, possibilitamos melhor compreensão sobre as relações existentes em cada etapa do ritual. A intenção é que a partir desse artigo seja elaborado um folder informativo sobre o

consumo em latas e cachimbos, a ser distribuído pelo Consultório na Rua (CR) de Franca no kit de insumos. Tal kit ainda se encontra em fase de aprovação pela Secretaria de Saúde do Município⁴⁶ e, de acordo com o pedido realizado pelo serviço, poderá ser constituído por: protetor solar e labial, copo descartável com água⁴⁷, barrinha de cereal, folder informativo sobre cachimbo e SPA e saco plástico com fecho ziplock.

Referências bibliográficas

AGAR, MH. *Into that whole ritual thing: Ritualistic drug use among urban American heroin addicts*. In: DU TOIT, B.M. *Drugs, rituals and altered states of consciousness*. Rotterdam: Balkema, 1977, p 134-148.

BARBIER, René. **A Pesquisa-Ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI. **Cultura, juventudes e redução de danos**. São Paulo: Córrego, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Diretrizes gerais médicas para assistência integral ao dependente do uso de crack**. Brasília : CFM, 2011.

FERNANDES, J. L.; PINTO, M. *El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotropicos y politicas de la ciudad*. 2004.

GRUND, J.-P.C. *Drug Use as a Social Ritual - Functionality, Symbolism and*

⁴⁶ O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (COMAD) aprovou uma Moção – nº 01/19 - de apoio ao pedido requerido pelo CR com o intuito de estimular a aquisição deste pela Secretaria de Saúde.

⁴⁷ Além de hidratação, esse elemento do kit possibilita também o acesso de alumínio pra colocar no fomialho do cachimbo.

Determinants of Self-Regulation.

Rotterdam, Instituut voor
Verslavingsonderzoek (IVO), Erasmus
Universiteit, 1993.

JORGE, Maria S.B, et al. Ritual de
consumo do crack: aspectos
socioantropológicos e repercussões para a
saúde dos usuários. **Ciênc. saúde coletiva**
[online]. 2013, v.18, n.10, p.2909-2918.

MACHADO, Vier, et al. Políticas Sobre
Drogas no Brasil: a Estratégia de Redução
de Danos. **Psicologia Ciência e Profissão**,
2013, v. 33, n.3, p.580-595. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282028779006>> ISSN 1414-9893> Acesso em:
30 jul. 2019.

MACRAE, E. A Abordagem Etnográfica
do Uso de Drogas. In; MESQUITA, F. &
BASTOS, F. (Orgs.). **Drogas e Aids :**
estratégias de redução de danos. São Paulo:
HUCITEC, 1994. p. 99-114.

MACRAE, E. Antropologia: aspectos
sociais, culturais e ritualístico. In: SEIBEL,
S. D. ; TOSCANO Jr. A. **Dependência de
drogas.** São Paulo: Atheneu, 2001. p.25-34.
Disponível em
<http://www.neip.info/downloads/t_edw10.pdf> Acesso em : 27 jul. 2019.

MACRAE, E. **A subcultura da droga e
prevenção.** Salvador: CETAD, UFBA,
2003. Disponível em:
<http://www.neip.info/downloads/t_edw5.pdf> Acesso em: 27 jul. 2019.

MILLER, Daniel. **Trecos, roços e coisas:**
estudos antropológicos sobre a cultura
material. Tradução: Renato Aguiar. Rio de
Janeiro: Zahar, 2013.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se Pessoa.**
Tradução: José Manuel do Carmo Ferreira
e Alvamar Lamparelli. 5. ed. São Paulo:
Martins Fontes, 1981.

RUI. T. Isso não é um cachimbo: sobre
usuários de crack, seus artefatos e suas

relações. **Áskesis - Revista dos Discentes
do PPGS/UFSCar** , São Carlos, v. 1, n. 1,
jan./jul. 2012, p. 32-45.

VIANNA, Catarina; RIBEIRO, Magda.
Sobre pessoas e coisas: entrevista com
Daniel Miller. **Revista de Antropologia**,
São Paulo, v. 52, n. 1, jan./jul. 2009, p.415-
439.